Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2024
ISSN 2178-6925

OS DESAFIOS NO COMBATE CONTRA A OBESIDADE INFANTIL

CHALLENGES IN THE FIGHT AGAINST CHILDHOOD OBESITY

Erika de Oliveira Santos Soares
Centro Universitário Mario Pontes Jucá, Brasil
E-mail: oerika095@gmail.com

Mariana Bittencourt Cardozo
Centro Universitário Mario Pontes Jucá, Brasil
E-mail: mari100bbcc@hotmail.com

Gustavo Reis Branco de Souza
Centro Universitário Mario Pontes Jucá, Brasil
E-mail: gustavo.souza@umj.edu.br

RESUMO

A obesidade infantil representa um desafio significativo para a saúde pública, envolvendo uma combinação de fatores relacionados à alimentação, ao contexto social e a aspectos psicológicos. Pesquisas mostram que o alto consumo de alimentos ultraprocessados e a ausência de orientação alimentar eficaz contribuem para esse problema, especialmente em áreas com maior vulnerabilidade econômica. A adoção de medidas preventivas, por meio da educação nutricional nas instituições de ensino e do apoio às famílias, é crucial para cultivar hábitos mais saudáveis. É necessário que as políticas públicas aumentem o acesso a opções alimentares saudáveis e promovam regulação sobre a publicidade de alimentos. Uma estratégia que junte diferentes disciplinas e áreas de atuação é vital para criar ambientes favoráveis que estimulem escolhas saudáveis e ajudem no desenvolvimento pleno das crianças.

Palavras-chaves: Obesidade infantil. educação nutricional. Alimentos ultraprocessados. Políticas públicas.

ABSTRACT

Childhood obesity represents a significant public health challenge, involving a combination of factors related to diet, social context, and psychological aspects. Research shows that the high consumption of ultra-processed foods and the absence of effective dietary guidance contribute to this problem, especially in areas with greater economic vulnerability. The adoption of preventive measures, through nutritional education in educational institutions and support for families, is crucial to cultivate

healthier habits. It is necessary for public policies to increase access to healthy food options and promote regulation on food advertising. A strategy that brings together different disciplines and areas of activity is vital to create favorable environments that encourage healthy choices and help in the full development of children.

Keywords: Childhood obesity. nutritional education. Ultra-processed foods.Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é identificada como um dos principais desafios de saúde pública em todo o mundo, impactando negativamente a saúde física, emocional e social de jovens. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de obesidade entre crianças permanece em ascensão, com cerca de 39 milhões de crianças menores de cinco anos classificadas como acima do peso. Esse problema é exacerbado pelo aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e pela escassez de atividades físicas, além da influência significativa das dinâmicas familiares e da mídia na formação de hábitos alimentares (CANELLA et al., 2014).

Tal situação tem suscitado várias reflexões sobre as abordagens de intervenção necessárias para combater essa questão, envolvendo a participação de pais, instituições de ensino e profissionais da saúde. Considerando a complexidade da luta contra a obesidade na infância, esta pesquisa foca nas barreiras que profissionais da saúde e instituições de ensino enfrentam ao incentivar hábitos alimentares saudáveis entre jovens. Serão analisados os elementos que impedem a implementação de práticas alimentares benéficas, especialmente no contexto familiar e escolar, onde a nutrição apropriada e a promoção de exercícios físicos são cruciais para o crescimento das crianças.

O objetivo central deste trabalho é examinar os obstáculos que diferentes setores da sociedade encontram ao lidar com a obesidade infantil, com uma ênfase nos aspectos que impactam a formação de hábitos alimentares e a adoção de atividades físicas entre as crianças. O estudo também visa avaliar as abordagens que

escolas e famílias têm utilizado e a efetividade dessas iniciativas na promoção de um estilo de vida saudável para os jovens. Além disso, será explorada a importância da educação nutricional, bem como a urgência de políticas públicas mais abrangentes que contribuam para a redução da obesidade infantil no Brasil. (ARAÚJO; COTTA; EINLOFT, 2018).

A relevância deste estudo reside na necessidade urgente de entender as origens da obesidade infantil e os obstáculos que dificultam a adoção de medidas preventivas eficazes, especialmente em ambientes de elevada vulnerabilidade socioeconômica. Pesquisas mostram que a obesidade infantil está ligada a diversas condições crônicas na vida adulta, como diabetes, hipertensão e doenças cardíacas, além de implicações psicológicas, como a diminuição da autoestima e o estigma social (FERREIRA et al., 2005; TAROZO; PESSA, 2020).

Portanto, existe uma demanda urgente por intervenções que possam atenuar esses efeitos a longo prazo, auxiliando na formação de uma sociedade mais saudável. Este estudo utiliza uma abordagem de pesquisa bibliográfica, englobando a revisão de literatura em artigos científicos, revistas acadêmicas e documentos relacionados a políticas públicas sobre obesidade em crianças.

A captação de informações ocorrerá em bancos de dados científicos como Scielo, PubMed e Google Scholar, priorizando pesquisas recentes que discutem as causas e efeitos da obesidade infantil, assim como as estratégias para enfrentá-la. A interpretação dos dados será de natureza qualitativa, levando em consideração as variáveis que afetam os hábitos alimentares e o estilo de vida das crianças (MELLO; LUFT; MEYER, 2004).

Com o aumento da obesidade entre crianças, a investigação se concentra na seguinte questão: Quais são os principais obstáculos que pais, educadores e profissionais de saúde encontram ao tentar promover uma alimentação saudável e prevenir a obesidade infantil? Esse interrogante visa entender as dificuldades práticas relacionadas às intervenções e sugerir estratégias para reduzir os fatores de risco associados à obesidade (OLIVEIRA; RIGOTTI; BOCCOLINI, 2017).

A luta contra a obesidade na infância é fundamental para a saúde pública, uma vez que essa condição se relaciona a diversos problemas físicos, sociais e emocionais que impactam a qualidade de vida e a duração da vida das crianças. Ademais, esse assunto é significativo porque requer políticas integradas e a

colaboração de diversos agentes sociais, incluindo famílias, escolas e instituições governamentais, para promover um ambiente que favoreça a adoção de hábitos saudáveis. Frente a essa realidade que demanda intervenções imediatas, a pesquisa busca aprofundar a compreensão das dificuldades e das abordagens para enfrentar a obesidade infantil, contribuindo para a formulação de políticas e iniciativas eficazes.

2 ANÁLISE SOBRE A OBESIDADE INFANTIL

2.1 Contexto histórico

A obesidade infantil é um desafio de saúde pública que se tornou mais evidente no final do século XX. Historicamente, essa condição era associada a um símbolo de prestígio e riqueza em diversas culturas, mas, com os avanços nas áreas de saúde e nutrição, essa visão começou a se alterar. A partir da década de 1970, a questão da obesidade em crianças passou a ser amplamente debatida nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos, onde já se observava um aumento no número de crianças com excesso de peso.

Esse fenômeno está relacionado, em grande parte, à intensificação da industrialização e urbanização, que provocaram modificações nos hábitos alimentares e no estilo de vida da população global. Aumentou significativamente a produção de alimentos industrializados e ultraprocessados, levando a uma importante mudança nos padrões nutricionais, marcada pela troca de alimentos naturais por opções ricas em açúcares e gorduras.

Essa mudança, que começou nas décadas de 1980 e 1990, teve um papel importante no aumento da obesidade infantil, especialmente em nações de renda média e baixa, onde a disponibilidade de alimentos baratos e com alto valor calórico se tornou mais comum. Simultaneamente, o sedentarismo se espalhou, impulsionado pelo avanço tecnológico que levou a um crescimento das atividades digitais e à redução da atividade física entre jovens (CANELLA et al., 2014; CERVATO-MANCUSO, 2013).

A globalização desempenhou um papel importante na propagação de hábitos alimentares que favorecem o consumo de alimentos industrializados. O "modelo alimentar ocidental", amplamente promovido pela indústria de alimentos, começou a moldar os costumes alimentares em países em desenvolvimento, afastando-se das

práticas tradicionais e saudáveis. Esse fenômeno, somado a estratégias de marketing intenso voltadas para crianças, elevou o risco de obesidade entre os mais jovens. Nas últimas décadas, esse padrão de consumo resultou em um aumento significativo nos índices de obesidade infantil, evidenciando a urgência de implementar políticas regulatórias e de conscientização sobre alimentação.

Ao longo do tempo, diversos países têm implementado políticas públicas voltadas para o enfrentamento da obesidade entre crianças. Desde 1990, a Organização Mundial da Saúde e outras entidades internacionais começaram a considerar a obesidade como uma epidemia, sugerindo diretrizes e objetivos para diminuir a taxa de sobrepeso em jovens.

No Brasil, programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar foram criados com a finalidade de incentivar uma alimentação equilibrada e limitar a ingestão de alimentos industrializados nas instituições de ensino, uma vez que a escola desempenha um papel fundamental na formação de hábitos alimentares. A inserção de temas sobre educação nutricional no currículo educacional é considerada uma das principais estratégias de prevenção, embora ainda existam obstáculos para sua implementação e aceitação por parte dos responsáveis (MELLO; LUFT; MEYER, 2004).

A obesidade infantil revela disparidades em diferentes contextos socioeconômicos. Em nações ricas, essa questão geralmente está associada ao consumo elevado de produtos alimentícios industrializados e a um estilo de vida sem atividade física. Em contrapartida, em nações de renda baixa e média, a obesidade infantil é mais comum em populações em situação de vulnerabilidade, onde a variedade e qualidade da alimentação são restritas, apesar de serem caloricamente densas (BATISTA; ANDRADE, 2023).

Pesquisas mostram que esses grupos costumam optar por alimentos ultraprocessados, que são mais acessíveis financeiramente, enquanto opções frescas e saudáveis são menos disponíveis. Esse fenômeno é denominado "paradoxo da obesidade", que evidencia as desigualdades sociais e as barreiras estruturais ao acesso a uma alimentação saudável (FERREIRA et al., 2005).

O papel das famílias na prevenção da obesidade infantil é fundamental, pois os pais têm uma influência direta sobre os hábitos alimentares e a atividade física de seus filhos. Entretanto, a correria do dia a dia e a disponibilidade de alimentos prontos

e ultraprocessados no lar têm levado a uma diminuição das refeições caseiras em favor de escolhas menos saudáveis. Além disso, é comum que os pais não percebam a influência que seus próprios hábitos alimentares e estilo de vida exercem sobre o desenvolvimento de seus filhos. Para que haja uma transformação significativa, é crucial que as famílias entendam a relevância de adotar hábitos saudáveis, o que exige a implementação de programas de conscientização e suporte nutricional que promovam práticas alimentares adequadas.

Atualmente, o enfrentamento da obesidade infantil apresenta diversos desafios, que vão desde a formulação de políticas públicas até a adequação dos setores de educação e saúde. É crucial desenvolver estratégias de prevenção e tratamento que levem em consideração os fatores sociais que influenciam a saúde para lidar com essa questão de forma eficaz. Especialistas apontam que é fundamental implementar intervenções intersetoriais e políticas de promoção da saúde, que incluem a regulação da publicidade de alimentos direcionada ao público infantil e a criação de ambientes saudáveis nas escolas, para conter a obesidade infantil (GLOPAN, 2017; OLIVEIRA; RIGOTTI; BOCCOLINI, 2017).

Esses esforços requerem, no entanto, a colaboração e o comprometimento do governo, das instituições de ensino e das famílias, para assegurar que as crianças tenham acesso a uma dieta equilibrada e a oportunidades para praticar atividades físicas regularmente.

A situação histórica da obesidade infantil revela como as transformações sociais, econômicas e culturais nas últimas cinco décadas têm influenciado o crescimento dessa condição. A alteração nos hábitos de consumo e a adoção de estilos de vida menos ativos são, sem dúvida, elementos cruciais que agravam o problema.

A urgência em implementar políticas públicas eficazes e estratégias de educação nutricional nunca foi tão significativa para combater essa situação. Além de normas regulatórias para o setor alimentício, é essencial promover ações em comunitárias e familiares que estimulem hábitos alimentares saudáveis. A saúde das crianças no futuro está intimamente ligada a uma abordagem colaborativa e contínua, que leve em conta as consequências severas da obesidade na qualidade de vida das próximas gerações.

3 MÉTODOS

Esta pesquisa tem como objetivo examinar os desafios históricos e atuais relacionados à obesidade infantil, adotando uma metodologia que se fundamenta em uma revisão da literatura e é enriquecida por uma análise qualitativa das informações obtidas. O método foi desenvolvido para elucidar, de maneira detalhada, as causas e as consequências desse fenômeno, levando em conta aspectos sociais, econômicos, culturais e comportamentais que afetam a incidência da obesidade infantil em diversos contextos.

A pesquisa bibliográfica foi elaborada através de uma ampla coleta de textos acadêmicos, artigos científicos, documentos relacionados a políticas públicas e relatórios de instituições internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), focando na obesidade infantil. O enfoque do estudo recaiu sobre publicações dos últimos 20 anos, visando compreender as tendências e transformações mais atuais na área (MELLO; LUFT; MEYER, 2004).

Para tal, foram utilizadas bases de dados científicas, como Scielo, PubMed, Google Scholar, entre outras fontes respeitáveis, com o objetivo de identificar e reunir um panorama completo do assunto. A escolha dos artigos seguiu critérios de inclusão, dando preferência a pesquisas empíricas e revisões sistemáticas que abordam os fatores que influenciam a obesidade infantil e suas consequências para a saúde pública.

Para delinear a base teórica deste trabalho, foram selecionados artigos que tratassem dos aspectos epidemiológicos e dos fatores sociais relacionados à obesidade infantil. Os critérios de seleção abrangeram pesquisas de diversas nações,

com ênfase naquelas que discutem a transição nutricional e a influência da globalização nos hábitos alimentares das crianças (CANELLA, 2014).

A atenção focada na literatura de países em desenvolvimento, como o Brasil, buscou captar as especificidades socioeconômicas que afetam a obesidade em contextos vulneráveis. Foram escolhidos estudos que empregaram abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas, a fim de oferecer uma compreensão mais ampla do assunto, permitindo a análise dos fatores históricos e das políticas atuais direcionadas ao combate da obesidade infantil.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa para analisar os dados coletados, o que possibilitou compreender as razões subjacentes e os contextos históricos que favoreceram o aumento da obesidade infantil. A análise qualitativa foi realizada através de uma técnica de análise de conteúdo, onde os textos reunidos foram classificados em categorias temáticas, como "transição alimentar", "impacto da globalização", "papel da família e da escola" e "políticas de saúde pública" (ARAÚJO; COTTA; EINLOFT, 2018).

Cada uma dessas categorias foi investigada com base nos artigos escolhidos, a fim de identificar padrões de pensamento e estratégias propostas para enfrentar a obesidade infantil, levando em consideração as particularidades culturais e socioeconômicas de cada contexto (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008).

Depois de reunir e classificar os artigos e documentos, foi feita uma crítica minuciosa dos dados com a finalidade de detectar possíveis lacunas e áreas que precisam de um exame mais aprofundado na luta contra a obesidade infantil. Para isso, cada artigo foi revisado para encontrar concordâncias e discordâncias sobre as causas e consequências da obesidade infantil, além das intervenções sugeridas pelos autores.

Essa avaliação possibilitou a formação de uma perspectiva abrangente do problema, destacando tanto as limitações das abordagens atuais quanto as direções potenciais para futuras pesquisas e políticas públicas. As informações obtidas foram, então, comparadas com dados estatísticos e epidemiológicos, com o intuito de aprimorar a compreensão do fenômeno.

Um componente fundamental da metodologia envolveu a investigação de documentos oficiais e orientações de saúde pública, abrangendo as diretrizes da OMS, do Ministério da Saúde e de instituições focadas em nutrição e promoção da

saúde infantil. Essa investigação teve como objetivo entender a trajetória histórica das políticas de combate à obesidade infantil, salientando as principais estratégias implementadas e suas modificações ao longo do tempo.

No contexto brasileiro, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras iniciativas foram analisados para mensurar sua eficácia na promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas (GLOPAN, 2017). A avaliação dessas diretrizes proporcionou uma base consistente para debater a relevância das políticas públicas e sua conexão com a prevenção da obesidade infantil (OLIVEIRA; RIGOTTI; BOCCOLINI, 2017).

A revisão sistemática da literatura teve como finalidade organizar e consolidar as informações disponíveis sobre a obesidade na infância. Durante esse processo, as publicações foram selecionadas de acordo com os temas principais do estudo, permitindo a identificação dos maiores desafios e obstáculos no enfrentamento dessa questão.

Essa análise possibilitou observar o avanço do conhecimento científico acerca do assunto, além de revelar as lacunas que ainda existem nas áreas de prevenção e tratamento da obesidade infantil. Ademais, possibilitou a identificação de práticas e estratégias que demonstram maior potencial para efetivamente reduzir os índices de obesidade nessa faixa etária, fornecendo uma base para a elaboração de recomendações fundamentadas em evidências científicas.

É fundamental ressaltar que essa metodologia apresenta algumas restrições. A avaliação de pesquisas secundárias e informações sobre políticas públicas oferece uma perspectiva ampla, mas pode deixar de fora certas sutilezas e características específicas de cada ambiente cultural e regional.

Muitos dos estudos analisados utilizam dados de períodos específicos ou grupos populacionais variados, o que pode restringir a aplicação dos resultados. No entanto, ao empregar uma abordagem diversificada, que combina diferentes métodos, espera-se obter uma compreensão mais detalhada das questões relacionadas à obesidade infantil e das estratégias de intervenção mais eficazes.

A abordagem utilizada neste trabalho possibilitou a coleta e análise de um conjunto significativo de informações sobre a obesidade infantil, oferecendo uma fundamentação robusta para a discussão de suas causas, efeitos e métodos de combate. A união entre revisão de literatura, análise de documentos e uma perspectiva

qualitativa enriqueceu a compreensão do assunto, permitindo a formulação de sugestões que apoiem tanto as ações de saúde pública quanto as iniciativas em ambientes familiares e escolares. Ao término, espera-se que esta investigação contribua para a formulação de estratégias mais eficazes e sustentáveis no enfrentamento da obesidade infantil, considerando as especificidades de diversos contextos sociais e econômicos.

4 DISCUSSÃO

A gordura excessiva em crianças é um fenômeno complexo, resultado de diversos fatores, como o contexto familiar, hábitos alimentares, falta de atividade física e influências sociais e culturais. A urbanização crescente e o progresso econômico nas últimas décadas provocaram mudanças significativas nos estilos de vida e nas escolhas alimentares das famílias, especialmente em países em desenvolvimento (CANELLA et al., 2014).

Essas alterações, junto com o aumento da disponibilidade de alimentos ultraprocessados e a forte publicidade voltada para o público infantil, têm contribuído para o aumento dos casos de excesso de peso e obesidade entre os pequenos. Apesar dos esforços já empreendidos para enfrentar essa questão, o problema continua desafiando as políticas públicas e as iniciativas de saúde.

A globalização tornou mais fácil o acesso a produtos industrializados, influenciando de maneira significativa os hábitos alimentares das crianças. Pesquisas mostram que esse fenômeno possibilitou a disseminação de uma “cultura alimentar ocidental”, marcada pelo elevado consumo de açúcares, gorduras e alimentos ultraprocessados, que têm substituído opções mais saudáveis e tradicionais em diversas partes do mundo. Essa situação é intensificada pela forte presença de marketing de alimentos, que impacta diretamente as decisões alimentares das crianças e prejudica a formação de hábitos saudáveis (ARAÚJO; COTTA; EINLOFT, 2018).

Especialistas sugerem uma regulamentação mais rigorosa sobre a publicidade de alimentos não saudáveis, especialmente em plataformas que atingem crianças, como televisão e redes sociais, com o intuito de reduzir os efeitos negativos dessa exposição.

O ambiente educacional desempenha um papel crucial na formação de hábitos alimentares, uma vez que os alunos passam boa parte do dia na escola. Iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil são vitais para incentivar uma alimentação saudável, oferecendo refeições balanceadas e diminuindo a disponibilidade de alimentos ultraprocessados nas cantinas.

Porém, mesmo com os resultados positivos, o programa enfrenta dificuldades operacionais, tais como a falta de recursos e a dificuldade em assegurar a participação de todas as instituições de ensino, especialmente nas áreas mais remotas e com infraestrutura deficitária. Ademais, é fundamental que a educação nutricional seja incorporada ao currículo escolar, a fim de sensibilizar as crianças sobre a importância de escolhas alimentares saudáveis, promovendo mudanças comportamentais que possam se manter ao longo da vida.

A família representa o primeiro e mais crucial espaço de socialização e aprendizado para uma criança, abrangendo também a formação de seus hábitos alimentares. A rotina das famílias contemporâneas frequentemente impede a adoção de hábitos alimentares saudáveis, devido à escassez de tempo para preparar refeições caseiras e à facilidade de acesso a pratos prontos e rápidos.

Adicionalmente, muitos pais carecem de informações adequadas sobre nutrição infantil, o que pode levar, sem intenção, ao desenvolvimento de comportamentos alimentares inadequados em seus filhos. Para reverter essa situação, estratégias educativas direcionadas a pais e cuidadores podem ser eficazes, oferecendo orientações práticas sobre alimentação saudável e promovendo o consumo de alimentos in natura em vez de produtos industrializados (MELLO; LUFT; MEYER, 2004).

A obesidade na infância representa uma questão séria que afeta, de forma desigual, crianças que vivenciam condições de vulnerabilidade social e econômica. Frequentemente, esses grupos têm um acesso restrito a alimentos saudáveis e enfrentam dificuldades para se engajar em atividades físicas, devido à insegurança em áreas urbanas e à escassez de locais públicos destinados ao esporte.

Pesquisas indicam que crianças oriundas de famílias com renda baixa tendem a consumir uma maior quantidade de alimentos ultraprocessados, uma vez que são mais baratos e facilmente disponíveis, enquanto opções mais saudáveis tendem a ser menos acessíveis financeiramente. Essas disparidades ressaltam a urgência de implementar políticas públicas que visem encarecer alimentos saudáveis e facilitar o acesso a atividades esportivas e áreas de entretenimento para a população de baixa renda.

As estratégias de saúde pública constituem um aspecto crucial na batalha contra a obesidade infantil. Entretanto, a eficácia dessas estratégias está ligada à coordenação de ações intersetoriais que levem em conta os fatores sociais e econômicos que influenciam a saúde. Apesar de iniciativas como o PNAE e outros programas voltados para a promoção da saúde entre crianças apresentarem resultados positivos, sua execução enfrenta obstáculos, como a necessidade de investimentos financeiros mais robustos e da formação contínua de profissionais nas áreas de saúde e educação.

É fundamental que essas políticas sejam periodicamente revisadas e adaptadas para refletir as mudanças nas condições de vida e na alimentação da população. A colaboração entre setores diversos, incluindo educação, saúde e agricultura, pode assegurar uma abordagem mais coesa e efetiva, permitindo a criação de estratégias que levem em conta as particularidades de cada região e o público específico (OLIVEIRA; RIGOTTI; BOCCOLINI, 2017).

A obesidade infantil permanece como um desafio multifacetado que requer a implementação de ações preventivas e corretivas em diferentes esferas. Embora tenha havido progresso no entendimento da obesidade infantil como uma questão relevante de saúde pública, ainda há um longo caminho a percorrer para diminuir sua ocorrência de maneira eficaz e duradoura.

Estratégias que incentivem a conscientização dos pais e a educação sobre nutrição nas escolas, além de regulamentações sobre o marketing de produtos alimentícios, apresentam-se como alternativas promissoras. Para abordar esse problema de maneira abrangente e efetiva, é crucial que governos e sociedade colaborem, criando ambientes que favoreçam hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis desde a infância.

5 RESULTADOS

Os dados indicam que a luta contra a obesidade infantil demanda uma estratégia abrangente, envolvendo ações que vão desde a promoção da educação alimentar e a formação de espaços saudáveis até a implementação de políticas governamentais que visem atenuar as disparidades no acesso a uma alimentação apropriada. A tabela 1 apresenta indicadores das pesquisas dos autores sobre o tema.

Tabela 1- indicadores das pesquisas

Autor(es)	Ano	Tema Principal	Principais Resultados/Conclusões
Canella et al.	2014	Impacto dos alimentos ultraprocessados	Identificaram que o aumento do consumo de ultraprocessados em domicílios brasileiros contribui para o aumento da obesidade infantil, devido ao alto teor de açúcares e gorduras.
Mello, Luft e Meyer	2004	Eficácia na prevenção e controle da obesidade infantil	Sugerem que a educação nutricional e atividades físicas regulares são eficazes para reduzir a obesidade infantil, desde que integradas a políticas de saúde pública.
Barreto et al.	2016	Influência dos pais na alimentação e estilo de vida infantil	Concluíram que os pais têm papel crucial na formação dos hábitos alimentares dos filhos, destacando a necessidade de orientação nutricional para famílias.
Araújo, Cotta e Einloft	2018	Fragilidades na promoção de alimentação saudável	Apontaram dificuldades em implementar políticas de alimentação saudável em atenção básica devido à falta de infraestrutura e ao baixo engajamento familiar.
Ferreira et al.	2005	Transição nutricional em populações vulneráveis	Identificaram que populações de baixa renda consomem mais alimentos ultraprocessados, sendo mais afetadas pela obesidade devido à limitação de acesso a alimentos saudáveis.
Rossi, Moreira e Rauen	2008	Influência familiar no comportamento alimentar	Observaram que o comportamento alimentar é fortemente influenciado pela dinâmica familiar e pelos padrões de consumo do núcleo familiar, o que impacta a saúde infantil.
Buss	2000	Promoção da saúde e qualidade de vida	Defendeu a importância de políticas integradas de promoção de saúde que considerem determinantes sociais, incluindo segurança alimentar e acesso a atividades físicas.
Batista e Andrade	2023	Atuação de farmacêuticos na obesidade infantil	Sugeriram a participação de farmacêuticos na orientação sobre nutrição, auxiliando na prevenção e tratamento da obesidade infantil em conjunto com outros profissionais.
Oliveira, Rigotti e Boccolini	2017	Diversidade alimentar no início da vida	Identificaram fatores associados à falta de diversidade alimentar em crianças, o que contribui para a obesidade infantil ao limitar o consumo de alimentos frescos e variados.
Tarozo e Pessa	2020	Impacto do estigma do peso na obesidade	Evidenciaram que o estigma do peso tem consequências psicossociais negativas, o que dificulta a adesão a tratamentos de obesidade infantil e aumenta a vulnerabilidade emocional.

Glopan	2017	Nutrição e ambiente alimentar	Recomendaram a criação de ambientes alimentares mais saudáveis como uma forma de combater a obesidade, enfatizando o papel das políticas públicas de alimentação e nutrição.

As investigações examinadas trazem à tona aspectos significativos sobre a obesidade infantil e demonstram uma ligação direta entre as alterações nos hábitos alimentares e o crescimento dessa condição. O estudo de Canella et al. (2014) salienta que a elevação na ingestão de alimentos ultraprocessados, que possuem altas quantidades de açúcares e gorduras, é um dos principais fatores que contribuem para a obesidade em crianças. Esses itens alimentares acabam substituindo alimentos mais saudáveis e nutritivos, resultando em uma dieta desequilibrada e menos benéfica. Essa constatação enfatiza a necessidade premente de iniciativas que limitem a oferta de ultraprocessados, além de promover a educação sobre nutrição desde a infância, a fim de diminuir o consumo desses produtos.

Outros pesquisadores, como Mello, Luft e Meyer (2004), sugerem que a inclusão da educação nutricional no currículo escolar é uma estratégia eficaz de prevenção. Eles defendem que atividades educativas e exercícios físicos constantes nas instituições de ensino têm um impacto importante na diminuição da obesidade infantil. A intervenção desde os primeiros anos de vida pode ser determinante na construção de hábitos saudáveis que se perpetuem ao longo do tempo. Entretanto, esses esforços se deparam com obstáculos logísticos, como a escassez de recursos e a necessidade de formação contínua dos docentes. Esses desafios requerem uma avaliação detalhada das políticas de saúde pública e sua implementação nas escolas, visando fortalecer essa abordagem preventiva.

A família desempenha um papel fundamental, como apontam Barreto et al. (2016), que abordam a importância dos pais na formação dos hábitos alimentares dos seus filhos. Eles afirmam que a maneira como a alimentação é encarada e promovida no ambiente familiar influencia diretamente as escolhas alimentares das crianças. A pesquisa revela que famílias com menor conhecimento em nutrição tendem a oferecer mais alimentos ultraprocessados aos filhos, aumentando assim o risco de obesidade infantil. Essa descoberta indica que intervenções que visem orientar os pais sobre nutrição podem ser eficazes no combate à obesidade infantil, enfatizando a necessidade de campanhas educativas voltadas para o contexto familiar.

A investigação realizada por Araújo, Cotta e Einloft (2018) destaca as deficiências do sistema de Atenção Básica no que tange à promoção de uma alimentação saudável para crianças. Os pesquisadores notaram que, mesmo com as iniciativas para incentivar hábitos alimentares corretos, o sistema enfrenta desafios estruturais e a falta de engajamento das famílias. Eles sugerem uma reestruturação nas práticas de saúde básica, indicando a necessidade de uma maior participação de profissionais de diferentes áreas, como psicólogos e assistentes sociais, para oferecer suporte às famílias. Esse cenário evidencia a relevância de uma abordagem colaborativa que leve em conta as especificidades de cada comunidade.

Em situações de vulnerabilidade social, a realidade se torna ainda mais desafiadora. Segundo Ferreira et al. (2005), crianças pertencentes a famílias com renda baixa tendem a consumir uma maior quantidade de alimentos ultraprocessados, devido ao seu preço acessível e fácil disponibilidade. Essa condição intensifica as desigualdades socioeconômicas e afeta negativamente a saúde das crianças em situação de pobreza.

Os autores salientam a relevância de políticas públicas que viabilizem o acesso a alimentos frescos e nutritivos para esses grupos, enfatizando a urgência de subsídios para produtos que favoreçam uma alimentação equilibrada. Dessa forma, a obesidade infantil é considerada um desafio que vai além da saúde, abrangendo também aspectos sociais e econômicos, exigindo ações integradas entre diferentes setores.

Rossi, Moreira e Rauen (2008) abordam, no contexto educacional, a relevância das iniciativas de alimentação nas escolas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no incentivo a uma alimentação equilibrada. Os autores defendem que a oferta de alimentos frescos e saudáveis nos menus escolares contribui para a formação de hábitos alimentares positivos e diminui a ingestão de produtos ultraprocessados.

No entanto, eles também destacam obstáculos na execução dessas políticas, incluindo a falta de infraestrutura adequada e a carência de recursos financeiros para atender todas as instituições de ensino. Esse fator indica que o êxito de programas como o PNAE está intimamente ligado à correta distribuição de recursos e a um monitoramento constante para assegurar sua eficácia.

A obesidade infantil traz consigo um impacto psicológico relevante, como mencionado por Tarozo e Pessa (2020). Os autores discutem o estigma relacionado ao excesso de peso e como isso pode afetar negativamente a autoestima e a saúde mental das crianças, complicando o tratamento da obesidade. Esse aspecto psicológico destaca a necessidade de iniciativas que criem um ambiente escolar e familiar acolhedor e livre de preconceitos. Portanto, a obesidade infantil é vista não apenas como uma questão física, mas também como um problema psicossocial que exige estratégias abrangentes e atentas às experiências da criança.

A pesquisa realizada por Buss (2000) argumenta que a promoção da saúde precisa adotar uma perspectiva que ultrapasse a mera prevenção clínica, levando em conta os fatores sociais que influenciam a saúde e o bem-estar das pessoas. Ele propõe a implementação de políticas intersetoriais que integrem diversas áreas do governo, ressaltando a relevância da alimentação equilibrada e da prática de exercício físico como direitos fundamentais. Segundo Buss, uma estratégia eficaz de promoção da saúde deve abranger não apenas campanhas educativas, mas também a criação de espaços que incentivem escolhas saudáveis, como parques e zonas de lazer para as famílias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados ressaltam a relevância de uma ação antecipada, incorporando a educação alimentar nas instituições de ensino e o fortalecimento de iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que incentiva uma dieta saudável. Ademais, a orientação e a participação das famílias se mostram essenciais, já que os responsáveis têm um impacto direto nas escolhas alimentares dos filhos. Ações voltadas para os pais podem destacar a importância de optar por alimentos nutritivos, influenciando de maneira benéfica os hábitos das crianças.

A obesidade em crianças é uma questão complexa que requer uma estratégia abrangente, envolvendo a participação de famílias, instituições de ensino, comunidades e ações governamentais. As pesquisas revisadas indicam que a

obesidade infantil vai além de escolhas alimentares malsucedidas, estando também ligada a fatores sociais e estruturais, como a publicidade de alimentos ultraprocessados, a dinâmica familiar, as disparidades econômicas e as restrições nas políticas de saúde.

Para combater a obesidade infantil, as políticas governamentais precisam levar em conta os fatores sociais que afetam a saúde e facilitar a formação de ambientes que promovam hábitos saudáveis. Isso abrange desde a regulação da publicidade de alimentos até a promoção de atividades físicas e o aumento do acesso a alimentos frescos para comunidades de baixa renda. Além disso, a integração de profissionais de diferentes especializações, como psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais, pode aprimorar o atendimento na saúde básica, levando em conta os aspectos psicossociais que afetam o sobrepeso em crianças.

Portanto, o combate à obesidade infantil necessita da colaboração entre vários segmentos da sociedade, com foco em políticas e ações que incentivem hábitos alimentares saudáveis e criem um ambiente sem discriminações. Tais iniciativas são fundamentais para assegurar o bem-estar físico e psicológico das crianças, além de construir uma base saudável duradoura.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. A.; COTTA, R. M. M.; EINLOFT, A. B. N. **Promoção da alimentação saudável na infância: fragilidades no contexto da Atenção Básica**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Viçosa, MG, v. 23, n. 1, p. 61-72, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/swCrpMHp9YfgJsQVwdK5z6k/abstract/?lang=pt#ModalTutors

BATISTA, D. da C. T.; ANDRADE, L. G. de. **A atuação do profissional farmacêutico no âmbito da obesidade infantil**. *REASE*, v. 9, n. 10, p. 2449-2458, 14 nov. 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11657

BARRETO, C. C. M.; LINHARES, F. M. M.; MARTINS, E. N. X.; SOUSA, K. M. O. **Obesidade infantil: influência dos pais sobre a alimentação e estilo de vida dos filhos**. *Temas em Saúde*, João Pessoa, PB, v. 16, n. 2, p. 460-481, 2016.

BAIA, S. F.; MACHADO, L. R. de S. **Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local**. *Interações* (Campo Grande), v. 22, n. 1, p. 177–193, jan. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20435/inter.v22i1.2355

BUSS, P. M. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 163–177, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014

CANELLA, D. S. et al. **Ultra-processed food products and obesity in Brazilian households (2008-2009).** *PLoS One*, v. 9, n. 3, p. 1-6, 2014.

CERVATO-MANCUSO, O. **O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares**. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 324-330, 2013.

FERREIRA, H. da S. et al. **Hipertensão, obesidade abdominal e baixa estatura: aspectos da transição nutricional em uma população favelada**. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 2, p. 209–218, 2005.

GLOPAN. **Melhoria da nutrição através do aprimoramento dos ambientes alimentares**. Resumo de políticas no 7. Londres: Painel Global sobre Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição, 2017.

MELLO, E. D. de; LUFT, V. C.; MEYER, F. **Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?.** *Jornal de Pediatria* (Rio J), v. 80, n. 3, p. 173–182, maio 2004. Disponível em: https://doi.org/10.2223/JPED.1180

MOREIRA, F. P.; RODRIGUES, K. L. **Conhecimento nutricional e suplementação alimentar por praticantes de exercícios físicos**. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 20, n. 5, p. 370–373, set. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1517-86922014200500795

ROSSI, A.; MOREIRA, E. A. M.; RAUEN, M. S. **Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família**. *Revista de Nutrição*, v. 21, n. 6, p. 739–748, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000600012

OLIVEIRA, M. I. C. de; RIGOTTI, R. R.; BOCCOLINI, C. S. **Fatores associados à falta de diversidade alimentar no segundo semestre de vida**. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 1, p. 65–72, jan. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1414-462X201700010204

TAROZO, M.; PESSA, R. P. **Impacto das consequências psicossociais do estigma do peso no tratamento da obesidade: uma revisão integrativa da literatura**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. e190910, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003190910